



PROMOÇÃO À SAÚDE PARA AS MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE

Jorgivan Silva de Medeiros Filho¹
 Leticia Lamoniely de Souza Costa²
 Magda Fabiana do Amaral Pereira Lima³
 Mariani Iasmim Medeiros dos Santos⁴
 Monique Dantas do Rosário⁵

RESUMO

A integração entre ensino, pesquisa e extensão envolve uma visão multidimensional que capacita profissionais a aplicar o conhecimento de forma crítica para promover a transformação social. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) desempenhou um papel crucial na melhoria da saúde das mulheres, reduzindo a mortalidade e promovendo atenção integral em todos os setores da saúde. Ela também incentivou a promoção da saúde da mulher de forma abrangente, tanto individual quanto coletivamente, em todos os segmentos da sociedade. Importante destacar que todas as mulheres, independentemente de fatores sociais e faixas etárias, estão suscetíveis ao câncer de colo de útero. Este relato possui o objetivo de apresentar a experiência vivenciada na promoção de saúde sobre Câncer de Mama e Câncer de Colo de Útero para as mulheres Privadas de Liberdade, tendo como intuito demonstrar que é de suma importância a presença dessas ações no cotidiano de todas as mulheres. Para alcançar tal objetivo foram utilizados diversos meios para o bem-estar coletivo, desde exames de prevenção aos momentos de educação em saúde da mulher, proporcionando uma comunicação mais humanizada e eficaz. A experiência apresentou um retorno positivo partindo das mulheres PPL, as quais utilizaram do espaço de orientação e fala para a retirada de dúvidas. Os acadêmicos tiveram a oportunidade de vivenciar serviços ligados à educação em saúde, em que proporcionaram orientação e retirada de dúvidas, bem como obtiveram práticas de exame Papanicolau, agregando maior conhecimento técnico da atividade.

1 Graduando em Enfermagem na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. jorgivansiva@alu.uern.br

2 Graduanda em Enfermagem na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. lety.lamony@gmail.com

3 Docente na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. magdafabiana@uern.br

4 Graduanda em Enfermagem na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. marianiiasmim@alu.uern.br

5 Graduanda em Enfermagem na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. moniquedantasdorosario@gmail.com





PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem; Saúde da mulher; Pessoas privadas de Liberdade; Ação preventiva.

PROMOTING HEALTH TO WOMEN DEPRIVED OF LIBERTY

ABSTRACT

The integration between teaching, research and extension involves a multi-dimensional vision that enables professionals to apply knowledge critically to promote social transformation. The National Policy for Comprehensive Attention to Womens Health (PNAISM) played a crucial role in improving women´s health, reducing mortality and promoting comprehensive care in all health sectors. She also encouraged the promotion of women´s health comprehensively, both individually and collectively, across all segments of society. It is important to highlight that all women, regardless of social factors and age groups, are susceptible to cervical cancer. This report aims to present the experience of health promotion on Breast Cancer and Cervical Cancer for women deprived of liberty, in order to demonstrate that the presence of these actions in the daily lives of all women is importance. To achieve this goal, various means were used for collective well-being, from preventive exams to women´s health education moments, providing more humanized and effective communication. The experience provided positive feedback from women, who used the guidance and speaking space to clear up their doubts. The academics who had the opportunity to experience services linked to health education, in which they provided guidance and clarified doubts, as well as obtained Pap smear exam practices, adding greater technical knowledge of the activity.

KEYWORDS: Nursing; Women´s health; Persons deprived of liberty; Preventive action.

1 INTRODUÇÃO

A abordagem enfatizada por Pivetta *et al.*, (2010) destaca que a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão vai além das perspectivas sistêmicas, técnicas e biologicistas. Nesse contexto, a visão de um profissional competente se fundamenta no conhecimento multidimensional, capacitando-o a contextualizar, sistematizar e aplicar o conhecimento de maneira crítica e clínica, com o propósito de promover a transformação social.

De acordo com as diretrizes estabelecidas por Brasil (2018), a extensão universitária deve ser plenamente integrada à matriz curricular e à estrutura de pesquisa acadêmica. Essa percepção exige uma abordagem interdisciplinar que abarque questões políticas, educacionais, culturais, científicas e





tecnológicas, visando a transformação tanto dentro da instituição de ensino quanto na sociedade em geral. Isso evidencia que a extensão é um processo educativo, cultural e científico que interliga de forma inseparável o ensino e a pesquisa, promovendo uma relação de mútua transformação entre a universidade e a sociedade.

Além disso, como destacado por Coelho (2014) e Pivetta *et al.*, (2010), essa relação não deve ser percebida como uma via de mão única na qual o conhecimento universitário é meramente transmitido à população, mas sim como uma via de mão dupla, na qual tanto acadêmicos quanto professores aprendem, aplicam e aprimoram conhecimentos preexistentes.

Segundo as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde no Brasil, a saúde da mulher passou a ser incorporada nas políticas nacionais de saúde no século XX. Em 1983, foi implementada a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), que abrangeu serviços públicos relacionados à sexualidade, contracepção e prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, ao mesmo tempo que reconheceu a mulher como protagonista no cuidado com sua própria saúde (Brasil, 2017a).

A PNAISM desempenhou um papel fundamental na melhoria das condições de vida e saúde das mulheres, contribuindo para a redução da morbimortalidade e promovendo uma atenção integral à saúde da mulher em todos os setores da saúde. Além disso, essa política incentivou o desenvolvimento de ações de promoção da saúde da mulher de maneira integral, tanto no âmbito individual quanto coletivo, em todos os segmentos da sociedade (Brasil, 2017b).

Segundo as análises de Nicolau *et al.*, (2012) e da Pastoral Carcerária (2017), o Brasil testemunhou um aumento significativo da criminalidade entre as mulheres e, conseqüentemente, um aumento considerável do ingresso delas no sistema prisional no período de 2000 a 2016. Esse fenômeno é uma realidade inquietante no contexto do sistema carcerário brasileiro. Essa tendência é exacerbada pela atual situação econômica precária, bem como pela existência de lacunas nas políticas públicas relacionadas às ações sociais e culturais. Além disso, a vulnerabilidade das mulheres, juntamente com a desestruturação familiar, econômica e social já presentes em suas vidas, contribuem para o aumento da participação delas na prática criminal.

Conforme as análises de Araújo *et al.*, (2020), é amplamente reconhecido que a superlotação no sistema prisional brasileiro apresenta desafios significativos na implementação dos planos institucionais. Além da superlotação, esses estabelecimentos prisionais frequentemente enfrentam condições estruturais precárias e uma falta de assistência médica adequada, o que os torna propensos à proliferação ou ao agravamento de doenças cardiocirculatórias, respiratórias e queixas algicas.

Conforme ressaltado pelas orientações do INCA (2019b) e da OPAS (2021), é importante reconhecer que todas as mulheres estão suscetíveis ao





desenvolvimento do câncer de colo de útero, independentemente de fatores sociais como etnia, religião, orientação sexual, situação econômica, privação de liberdade ou situação de rua, bem como considerando diferentes faixas etárias, incluindo adolescentes, mulheres no climatério e na terceira idade.

Nesse contexto, a principal estratégia de rastreamento da neoplasia cervical é a realização do exame citopatológico do colo do útero, conhecido como Papanicolau, que deve ser acessível e garantido a todas as mulheres com idade entre 25 e 64 anos e também àquelas que já tiveram relações sexuais.

Os dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) revelaram que, no ano de 2016, aproximadamente 73% das mulheres em situação de cárcere tinham idades entre 25 e 70 anos, destacando a necessidade crucial de acompanhamento atento por parte dos profissionais de saúde a esse grupo. Além disso, é importante enfatizar que, além da idade, vários comportamentos comuns entre essas mulheres, como tabagismo, início precoce da atividade sexual, práticas sexuais sem o uso de preservativos, histórico de prostituição, baixa escolaridade e dificuldades de acesso aos serviços de saúde, aumentam a vulnerabilidade dessas mulheres ao desenvolvimento de neoplasia do colo de útero (Depen, 2018; Borges et al., 2018).

Este relato possui o objetivo de apresentar a experiência de promoção de saúde sobre Câncer de Mama e Câncer de Colo de Útero para as mulheres Privadas de Liberdade, tendo como intuito de demonstrar que é de suma importância a presença dessas ações no cotidiano de todas as mulheres e, levando em consideração a condição de vida do grupo escolhido, requer um pouco mais de atenção e cuidado já que a fonte de informação, geralmente, vem durante a realização de palestras e ações de cuidados com as mulheres em questão.

2 RELATO DA EXPERIÊNCIA

A realização da ação foi composta por diversos meios de atuação, como a presença de uma educação em saúde que foram realizados momentos de conversas sobre as ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis), a questão do autoexame das mamas que auxilia no diagnóstico precoce de algum possível tumor e sobre quais tipos de corrimentos podem desenvolver e o porquê dele. Além do momento educativo realizado também foi possível a coleta de células que compõem o colo do útero para proceder ao exame de Papanicolau de forma preventiva para várias doenças que afetam a área. É importante ressaltar que a participação do público-alvo foi muito ativa, demonstrando interesse nos momentos realizados e participando de maneira colaborativa com todos os presentes nos momentos em questão.





3 MATERIAIS E MÉTODOS

As metodologias utilizadas para esta ação foram voltadas à educação em saúde e à realização do exame de Papanicolau. Dessa maneira, a atividade foi realizada no Complexo Penal Estadual Agrícola Mário Negócio (CPE-AMN), localizado no Sítio Riacho Grande, RN 017, KM 15, no município de Mossoró-RN, no dia 1º de agosto de 2023.

Além disso, a realização dos exames preventivos ocorreu mediante parceria entre o Projeto de Extensão Saúde dos Coletivos Vulnerabilizados (SAVU) da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FAEN/UERN) e a CPEAMN. Em relação à campanha educativa, foram realizadas palestras informativas entre as detentas enquanto aguardavam a realização do exame Papanicolau, as quais objetivavam informar às mulheres sobre a importância da prevenção e a detecção precoce do Câncer do Colo de Útero e do Câncer de Mama.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência apresentou um retorno positivo partindo das mulheres PPL, as quais utilizaram do espaço de orientação e fala para a retirada de dúvidas. Alguns questionamentos abrangiam temáticas para além das propostas pelo grupo de pesquisadores, como a área obstétrica, por exemplo. As participantes demonstraram aceitação e participação durante a exposição das informações. Ocorreu, também, um momento prático, no qual os pesquisadores realizaram, concomitante as mulheres, a avaliação das mamas de forma correta (figura 1). Posteriormente, iniciou-se o momento de esclarecimentos sobre as ISTs, suas manifestações no corpo e como identificar a alteração, onde as participantes expressaram mais questionamentos e interesse em aprender sobre esse assunto (figura 2).





Figura 1 - Educação em saúde sobre autoexame de mamas e câncer de colo de útero.



Fonte: Produzido pelos autores.

Figura 2- Retirada de dúvidas acerca da saúde íntima feminina.



Fonte: Produzido pelos autores.

Para além da educação em saúde inicial, durante o processo de triagem e registro para iniciar os exames preventivos (figura 3), as participantes utilizaram esse espaço para retirada de outras dúvidas e pediram orientações sobre como proceder em certas situações que afetassem a qualidade de vida. As mulheres foram colaborativas e demonstraram uma interação





favorável com a equipe de acadêmicos, mantendo um diálogo descontraído e horizontal. Ultrapassando os assuntos estabelecidos para o dia de exames, essas mulheres se sentiram no conforto para expressarem para os pesquisadores, os seus objetivos futuros como, a busca pelo estudo e emprego.

Figura 3- Processo de registro para os exames e orientação das mulheres privadas de liberdade.



Fonte: Produzido pelos autores.

5 CONCLUSÃO

Logo, todo indivíduo do sexo feminino está suscetível a desenvolver câncer do colo de útero e a realidade vulnerável vivida por mulheres privadas de liberdade as deixam em situações que tornam maiores as probabilidades do desenvolvimento de problemas no colo do útero. Dessa forma, a experiência ofertou benefícios efetivos mútuos para os acadêmicos e para as mulheres PPL, uma vez que os serviços ofertados proporcionaram prevenção e orientação às pacientes do sistema prisional, como também contribuiu para a formação acadêmica dos universitários.

Os acadêmicos tiveram a oportunidade de vivenciar serviços ligados à educação em saúde, em que proporcionaram orientação e retirada de dúvidas, bem como obtiveram práticas de exame Papanicolau, agregando maior conhecimento técnico da atividade. Os assuntos abordados nos momentos de orientação foram elaborados estrategicamente com estudos com base na realidade do sistema prisional, em que os universitários puderam responder às dúvidas e promover orientação sobre IST e autoexames preventivos. As mulheres inseridas no sistema carcerário tiveram a oportunidade de realizar o exame Papanicolau, em que é essencial para a manutenção e oferta da





saúde da mulher, bem como puderam ser orientadas mediante retirada de dúvidas e viabilização de conhecimento, por meio da conversação com os acadêmicos. Assim, a experiência foi essencial para a promoção de saúde e desenvolvimento de conhecimento, além de contribuir para a mitigação das dificuldades vividas por essas mulheres devido à situação de vulnerabilidade social que estão inseridas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. M. et al. Assistência à saúde de mulheres encarceradas: análise com base na Teoria das Necessidades Humanas Básicas. **Esc. Anna Nery Rev.** Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, e20190303, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2019-0303>.

BORGES, A. P. et al. Perfil socioeconômico e sexual de mulheres privadas de liberdade. **Revista de Enfermagem UFPE**, v. 12, n. 7, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/231408>. Acesso em: 18 de set. de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Câmara de Educação Superior**. Resolução no.7, de 18 de dezembro de 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em 15 de set. de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica Operacionalização**. 2017. Portaria 2436, 21 set., 2017a. Disponível em: https://bvs.ms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 15 de set. de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da Mulher: Desafios para Integralidade com Equidade. In. **2ª Conferência Nacional de Saúde da Mulher**. 2017b. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/biblioteca/revistas/revista_jul-ago_2017.pdf. Acesso em: 16 de set. de 2023.

COELHO GC. O papel pedagógico da extensão universitária. **Em Ext.** 2014; 13,(2):11-24.

DEPEN. Projeto BRA 34/18: produto 5 relatório temático sobre mulheres privadas de liberdade, considerando dados do produto 01, 02, 03 e 04. **Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública**, Departamento Penitenciário Nacional, 2019. 82p. Disponível em:





INCA. Parâmetros técnicos para o rastreamento do câncer do colo do útero. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva - Rio de Janeiro: **Inca**, 2019b. 32 p.

Disponível em: https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//parametros_tecnicos_colo_do_uterio_2019.pdf. Acesso em: 16 de set. de 2023.

NICOLAU et al. Retrato da realidade socioeconômica e sexual de mulheres presidiárias. **Acta Paulista de Enfermagem**, 25(3), 386-392. 2012.

OPAS. Novas recomendações de rastreio e tratamento para prevenir o câncer do colo do útero. **Organização Pan-Americana da Saúde**: 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/6-7-2021-novas-recomendacoes-rastreio-e-tratamento-para-prevenir-cancer-do-colo-do-uterio>. Acesso em: 17 de set. de 2023.

http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf. Acesso em: 17 de set. de 2023.

PIVETTA HMF, et al. Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária: Em Busca de uma Integração Efetiva. **Linhas Críticas**, 2010;16(31): 377-390

PASTORAL Carcerária (BR). **Mulher encarcerada**. 2017. Disponível em: <https://carceraria.org.br/mulher-encarcerada>. Acesso em: 16 de set. de 2023.

